

**CADÊ O PRONOME? SUMIU?: CONTEXTOS DE
PREFERÊNCIA DE OMISSÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS
PRONOMES OBLÍQUOS DA TERCEIRA PESSOA NO
ÂMBITO DO ENSINO DE PLE/PL2 PARA
HISPAÑOFALANTES**



 <https://doi.org/10.56515/PLJ322303024>

 **Oscar Xavier Meléndez-Robles¹**

Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas

Resumo: As gramáticas prescritivas apontam o uso dos pronomes oblíquos da terceira pessoa como uma referência ao objeto direto ou objeto indireto feita pelo interlocutor. Além disso, destaca-se a colocação pronominal tanto antes (ênclide) quanto depois (próclise) do verbo através das formas o, os, a, as e seus alomorfos, além do pronome lhe. Porém, tais apontamentos não dão conta do verdadeiro uso desses pronomes no discurso oral do cotidiano brasileiro, sobretudo, da “omissão” ou “substituição” deles. Considerando os contextos discursivos em que se evidencia a omissão/substituição dos pronomes oblíquos da terceira pessoa, esta pesquisa visa descrever e analisar tais situações e valores semântico-pragmáticos. Para tanto, baseamo-nos no modelo da Gramática Funcional do Discurso (Hengeveld, 2004), que considera este como um processo *top-down* que parte da intenção do falante para expressão das formas linguísticas, além do contexto discursivo e dos interlocutores. Para a consecução de nossos objetivos, falas do programa Altas Horas da Rede Globo e da transcrição de uma acareação foram levantadas. Os dados apresentados mostram os contextos discursivos e as escolhas feitas pelos interlocutores que vão além das estruturas apontadas tradicionalmente, evidenciando, dessa maneira, situações em que tais pronomes são omitidos ou substituídos por outras estruturas. Os resultados nos permitem entender as dificuldades e/ou desafios que os aprendizes hispanofalantes de PLE/PL2 podem ter na hora de estudar e entender os contextos/casos em que os pronomes oblíquos da terceira pessoa no português brasileiro são omitidos ou substituídos por outras escolhas linguísticas.

Palavras-chave: Gramática Funcional do Discurso; Português Brasileiro; Espanhol, PLE/PL2; Gramática-Comparada

¹ Professor em Tempo Integral da Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas (Peru) em nível de graduação do Departamento de Traducción y do Departamento de Traductología no programa de *Traducción e Interpretación Profesional* desde 2015. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). Mestre em Educação pela Universidad San Martín de Porres (Peru) e Especialista em Português para Estrangeiros pela PUC-Rio (Brasil). Graduado em Traducción e Interpretación pela Universidad Ricardo Palma (Peru). Foi, de 2015 a 2022, Professor de Português e Cultura Brasileira no Instituto Guimaraes Rosa da Embaixada do Brasil em Lima, onde também atuou como avaliador da parte oral e aplicador da parte escrita do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). É, desde 2009, tradutor e intérprete profissional no par linguístico português/espanhol. ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0001-5040-7760>

Abstract: Prescriptive grammar books point out the use of third-person object pronouns as references made by the interlocutor to direct or indirect objects. Furthermore, their position in relation to the verb, before (enclitic) or after (proclitic), under the forms o, os, a, as and their variations, and the pronoun lhe is highlighted. However, such descriptions do not cover the real use of such pronouns in oral discourse of the Brazilian every day, specifically, when they are not used or when they are substituted with other structures. Considering the discursive contexts in which object pronouns may not occur, this paper aims to describe and analyze such contexts and semantic-pragmatic values. For this purpose, we base this study on the Functional Discourse Grammar model (Hengeveld, 2004), which considers it a top-down process that goes from the speaker's intention to the expression of linguistic forms, apart from the discursive context and interlocutors. For this study, dialogues from the program "Altas Horas" from Rede Globo and from the transcription of a confrontation were gathered. The data showed discursive contexts and selections made by the interlocutors that go beyond the structures traditionally described, proving that situations in which such pronouns are avoided or substituted by other structures different from the ones described in traditional grammar books. Also, results allow us to understand the difficulties and/or challenges that Spanish-speaking PLE/PL2 students may have when studying and understanding the contexts/cases in which third-person object pronouns in Brazilian Portuguese do not occur or are substituted by other linguistic choices.

Keywords: Functional Discourse Grammar; Brazilian Portuguese; Spanish; PLE/PL2; Contrastive Grammar

1 Introdução

O ensino/aprendizagem de português para estudantes hispanofalantes é um desafio contínuo tanto para os professores quanto para os aprendizes. Isto é, por um lado, o grupo docente se preocupa em deixar claras as pequenas, mas significativas diferenças entre ambas as línguas e, por outro, os alunos se sentem tentados a “reproduzir” questões lexicais, sintáticas e semânticas de sua língua materna na hora de produzir textos (orais ou escritos) na língua estrangeira. Portanto, muitas vezes, eles acabam estabelecendo falsas semelhanças que se refletem nas transferências linguístico-sintáticas (traduções literais) na hora de se comunicar em português.

Além disso, observa-se que há uma descrição muito limitada quanto ao uso e aos contextos de uso dos pronomes oblíquos por parte dos brasileiros nos livros didáticos no mercado que não refletem necessariamente o cotidiano, isto é, o verdadeiro comportamento linguístico do brasileiro, influenciado por questões sociais, pragmáticas, cognitivas e contextuais. Ademais, algumas gramáticas tanto prescritivas (Cunha & Cintra, 2016; Bechara, 2019; Rocha & Lima, 2011) quanto descriptivas (Neves, 2011; Castilho, 2020) descrevem o uso de tais pronomes, seja com base em normas rígidas, seja com descrições das flutuações da língua, porém sem especificação dos contextos preferidos quanto a seu uso por parte dos falantes.

Portanto, é importante que os aprendizes sejam cientes de tais flutuações da língua e de como elas ocorrem em diversos contextos reais de uso, considerando as preferências dos interlocutores para serem capazes de se comunicar nas mais variadas situações comunicativas. Assim sendo, cabe a nós, professores, apresentarmos os seguintes cenários:

“[...] nós deixamos que os aprendizes sintam o que é ser brasileiro. E os levamos a agir e reagir como os brasileiros fariam. E a falar e interagir como os brasileiros fazem.” (Meyer, 2002)

Faz-se necessário, então, descrever tais situações para que os aprendizes possam enfrentá-las quando estiverem participando em situações cotidianas em português, tanto dentro como fora do Brasil, fazendo escolhas que guardem relação não apenas com estruturas gramaticais fixas, senão também com suas intenções comunicativas em contextos determinados.

Assim sendo, partindo da teoria funcionalista, da gramática funcional e da gramática funcional do discurso (Halliday, 1970; Dik, 1989; Hengeveld, 2004), argumento que a omissão ou substituição dos pronomes oblíquos da terceira pessoa corresponde a configurações semântico-pragmáticas estabelecidas pelo falante. Portanto, este trabalho tem como objetivo descrever e analisar algumas situações ou contextos em que os brasileiros omitem ou substituem os pronomes oblíquos da terceira pessoa e apresentar caminhos que podem indicar as preferências linguísticas dos falantes. Além disso, esta pesquisa visa apresentar uma breve análise comparativa entre o Espanhol e o Português Brasileiro no quesito pronomes oblíquos, e fornecer subsídios para a elaboração de material didático pelos professores de PLE/PL2 que trabalhem com turmas hispanofalantes.

Finalmente, para a consecução de nossos objetivos, será feito um levantamento de falas de entrevistas em um programa de televisão e de falas em uma acareação (documento público).

2 Diretrizes referenciais

2.1 As Gramáticas Prescritivas

Cunha e Cintra (2016) contemplam os pronomes pessoais quanto à função (retos ou oblíquos) e acentuação (áticos e tônicos). Ao longo do capítulo, os autores focam mais no tema de colocação pronominal, sendo o tema das funções de objeto direto e indireto o mais tratado. Quanto às formas do pronome, destacam o uso de *o*, *lo*, *no* na função de objeto direto e fazem referência à colocação pronominal de tal pronome. Ao fazer uma busca no mesmo capítulo, foi encontrado a seção “equívocos e incorreções”. Na alínea 4, é apontado que na fala vulgar e familiar do Brasil, é muito frequente o uso do pronome *ele(a)* como objeto direto em algumas frases, por exemplo, *vi ela* ou *encontrei ele*. Além disso, os gramáticos advertem que tal construção deveria ser evitada, embora ela tenha sido utilizada por escritores portugueses dos séculos XIII e XIV. Quanto ao pronome átono *lhe(s)*, os autores só fazem referência a ele como uma forma própria do Objeto Indireto. Além disso, no subtema intitulado “Colocação dos pronomes átonos”, os autores só fazem referência aos casos de próclise e ênclise de tais pronomes. Quanto aos contextos em que podem ser utilizados ou não (preferência de uso por parte dos brasileiros), foi feita uma busca nos capítulos desta obra e, por ora, nada foi encontrado.

Bechara (2019) não faz referência aos casos ou contextos em que os brasileiros preferem usar (ou não) os pronomes pessoais oblíquos da terceira pessoa. Na obra, foram identificados apenas a classificação dos pronomes pessoais (retos e oblíquos) e os casos de colocação pronominal. Embora o autor tenha uma seção intitulada “Explicação da colocação dos pronomes átonos no Brasil”, ele não toca no assunto das preferências nos usos de tais pronomes.

Rocha & Lima (2011) apresenta dois capítulos relacionados a pronomes (9 e 29). No capítulo 9, intitulado “Pronome”, o gramático faz referência apenas à classificação dos pronomes em geral e dedica uma seção aos tipos de pronomes pessoais. No outro capítulo mencionado, faz referência à colocação pronominal, isto é, a casos de próclise e ênclise. Após uma busca feita na obra, nada foi encontrado quanto aos contextos de uso (ou não uso) dos pronomes oblíquos da terceira pessoa por parte dos brasileiros.

2.2 As Gramáticas Descritivas

Neves (2011) faz referência aos pronomes pessoais na Parte II da obra. Destaca-se a descrição dos pronomes tónicos no lugar dos átonos da terceira pessoa em frases como *vi ELE* assim, *levou ELE*, *encontrou ELE*. Quanto ao pronome oblíquo *lhe(s)*, a autora indica que este funciona como complemento de verbos intransitivos indiretos, atuando como objeto indireto. No entanto, não foi encontrada nenhuma descrição sobre os casos e/ou contextos em que os pronomes oblíquos não são usados na linguagem falada nem na escrita.

Quanto ao uso do pronome “*lhe(s)*”, Castilho (2020) menciona que o campo do objeto indireto e do oblíquo é complicado, pois são estruturas que requerem de uma preposição e que é preciso decidir se tais complementos foram selecionados pelo verbo ou pela própria preposição. Além disso, a autora destaca o uso das preposições *a* e *para*.

Ainda sobre o uso de tais preposições, Castilho (2020) destaca o estudo feito por Kewitz (2007a), em que a autora identifica sete classes semântico-sintáticas de verbos que selecionam as preposições *a* e *para*: (i) verbos de movimento/direção (ir, vir chegar), (ii) verbos de transferência (oferecer, levar, trazer), (iii) verbos de comunicação (falar, mostrar, apresentar), (iv) verbos de criação/produção (fazer, escrever, produzir), (v) verbos de complemento final (trabalhar, prestar, servir), (vi) verbos de aproximação/união/semelhança (unir, ligar, telefonar), e (vii) outros verbos (morar, ficar, faltar). Cabe destacar que foram colocados em parêntese apenas alguns exemplos de cada categoria de verbos.

Castilho (2020), também, traz informações muito interessantes sobre o objeto direto no Português Brasileiro e as propriedades deste. Na obra, faz um levantamento de pesquisas de vários autores que tratam das formas de preenchimento do OD. Dentre as principais, o linguista apresenta o corpus de língua falada levantado por Duarte (1989), em que foram encontrados quatro processos de preenchimento do OD:

- (i) Clítico acusativo: Fui ao aeroporto para buscá-*lo*.
- (ii) Pronome *ele*: Amo meu pai e vou *fazer ele* feliz.
- (iii) Sintagma nominal anafórico: No cinema a ação vai e volta. No teatro você não pode fazer *isso*.
- (iv) Categoria vazia: O Sinhazinho Malta está tentando o Zé das Medalhas a matar o Roque. Mas ele é muito medroso. Quem já tentou matar *Ø* foi o empregado da Porcina. Ontem ele quis matar *Ø*, a empregada é que salvou *Ø*.

Sobre a preferência pelas estruturas mencionadas acima, a pesquisa mencionada anteriormente revela a existência de condicionamentos linguísticos (verbo conjugado, sentenças simples/complexas, questões semânticas e morfológicas) e extralingüísticos (idade, formação escolar, situações formais e informais) na hora de escolher como referenciar o OD no discurso. Além disso, segundo seu estudo, o clítico acusativo é a estratégia discursiva com menor ocorrência (4,9 %), seguida do pronome *ele* (15,4 %) e do sintagma anafórico (17,1 %). A categoria vazia teve a ocorrência mais alta (62,6%).

Quanto aos condicionamentos sintáticos, a autora faz destaque ao uso de estruturas simples e complexas por parte do falante. Ela conclui que o uso de estruturas simples contribui à elisão do OD e uma estrutura complexa favorece a retenção deste.

Com relação ao condicionamento semântico, Duarte (1989) observou que a retenção ou elisão do OD está relacionada ao traço semântico apresentado pelo objeto. Segundo ele, se o OD possuir um traço/-animado, é muito provável que o objeto seja elidido. Se o objeto possuir um traço/animado, o OD é realizado através do pronome tónico (lexical, segundo a nomenclatura usada). Por traço/animado/- animado, entende-se a propriedade intencional dos substantivos. Por exemplo, em um substantivo como garoto se reconhece o traço animado, quanto em ideia, traço/- animado. É importante destacar que os dados obtidos são de falantes de São Paulo. Dentre os

fatores extralinguísticos, observou-se que os clíticos não são muito frequentes entre os jovens, que a idade e formação escolar não pesam muito na hora de utilizar a categoria vazia, e que em situações formais existe uma preferência de uso dos sintagmas nominais no lugar do pronome “ele”.

2.3 A Gramática do espanhol

A *Nueva gramática de la lengua española* (2019), da Real Academia Española, é muito clara quanto à posição dos pronomes complemento e à sua ocorrência. Na obra, descreve-se que os pronomes clíticos aparecem tanto antes como depois do verbo (proclíticos e enclíticos em espanhol). Porém, não se encontrou informação sobre possíveis casos de omissão, substituição de pronomes tônicos por átonos ou de categorias vazias, como acontece no caso do Português Brasileiro.

Da mesma maneira, no *Diccionario panhispánico de dudas* (2015), é descrito que os pronomes pessoais átonos são aqueles que funcionam como complemento verbal não preposicional ou como formante de verbos pronominais. Destaca-se, além disso, que é devido a seu caráter átono que tais pronomes ocorrem necessariamente ligados ao verbo, e que são chamados de clíticos. Ainda sobre esses pronomes, o dicionário aponta que, ao tratar de formas átonas ligadas ao verbo, os clíticos devem aparecer imediatamente antes ou depois do verbo (*TE LO dije / dimeLO*). Quanto ao complemento indireto, descreve-se que a ocorrência do pronome átono é opcional, e é o comum na oralidade (*No (le) das importancia a tus problemas*). No entanto, no caso de alguns verbos, conhecidos como “verbos de afecção”, ocorre a duplicação da referência ao Objeto Indireto (*¿Le gustan a tu hermana las flores?*).

Nas duas obras consultadas, não foi encontrada informação sobre a omissão dos pronomes clíticos quando estes fazem referência ao objeto direto ou objeto indireto. Ambas as obras destacam, como foi mencionado anteriormente, a posição do clítico a respeito do verbo que acompanham, a ocorrência um ou mais de um clítico (dois ou até três seguidos) e alguns casos de duplicação da referência aos objetos direto ou indireto.

2.4 Estudos Comparados

Fanjul (2014), na obra Espanhol e Português Brasileiro - Estudos Comparados, organiza um capítulo intitulado **Conhecendo Assimetrias: a ocorrência de pronomes pessoais** e destaca que, no Português Brasileiro, os pronomes átonos com função de objeto direto, sobretudo os da terceira pessoa (*o, a, os, as e seus alomorfos*), ocorrem apenas em enunciados com fortes requisitos de formalidades, predominantemente escritos, e que o “acerto” no uso de tais pronomes corresponde a um tipo de especulação reflexiva mais própria do emprego de estruturas de uma língua não materna. No caso do Espanhol, por sua vez, o autor aponta que os pronomes átonos com função de objeto direto (*me, te, lo/la/-s, nos, os*) ocorrem em qualquer registro de língua, desde os mais formais até os mais informais ou ainda vulgares, em todos os setores sociais, qualquer seja seu grau de escolaridade.

No quesito pronome oblíquo *lhe(s)*, o autor encontra, em um trecho em língua portuguesa analisado, que o objeto indireto é expresso com um sintagma nominal preposicionado, outro com um pronome tônico e outros com pronomes átonos, evidenciando, dessa maneira, as alternativas linguísticas ao pronome oblíquo. Além disso, o autor salienta o fato de o falante escolher apenas uma das três opções. Já no Espanhol, ele identifica uma situação oposta. Se bem que também existe a possibilidade de fazer referência ao objeto indireto através um sintagma nominal preposicionado (com a preposição *a* ou um substantivo) ou com o oblíquo *le(s)*, é possível fazer uma referência dupla ao objeto indireto. Os exemplos a seguir são trechos de um texto em português e frases elaboradas por ele para a análise:

Português Brasileiro

- (i) Perguntei *ao repórter* [...]
- (ii) [...] agradeci *a ele* o fato de poder fazer isto [...]
- (iii) Então, eu *lhe* pedi para me perguntar [...]

Espanhol

- (i) (*Le*) prometimos *a Jorge* que lo passaríamos a buscar.
- (ii) *Le* pregunté *a un peatón* donde quedaba la Municipalidad.
- (iii) Descarté ese vuelo porque *a Miguel* no *le* convenía el horario.

Ainda sobre o caso do objeto indireto, de maneira mais específica, dos objetos indiretos preposicionados, Fanjul (2014) destaca que é muito perceptível, no Português Brasileiro, o uso da preposição *para*. Já no Espanhol, o objeto indireto preposicionado se constrói apenas com a preposição *a*.

Em um trabalho comparativo, González (2008) explica que no Português Brasileiro a retomada do Objeto Direto da terceira pessoa acontece predominantemente através de uma categoria vazia ou de uma forma tônica de nominativo, como nos seguintes exemplos (González 2008 *apud* Fanjul e González 2014:41):

- (a) Ele fez a tarefa, mas não \emptyset entregou.
- (b) A minha cunhada está no hospital, por isso, vou visitar *ela* amanhã.

Quanto ao contraste com o espanhol, González (1994) aponta, na sua tese de doutorado, que há clara preferência no português brasileiro pelas categorias vazias ou pelas formas tônicas para a expressão dos complementos. Ao mesmo tempo, há uma quase categórica preferência do espanhol pelas formas átonas. Isso nos dá uma luz das possíveis dificuldades que poderiam ter os hispanofalantes ao aprenderem português brasileiro. Se traduzirmos as duas frases apresentadas anteriormente, poderemos entender como tais dificuldades, que surgem da interferência linguística, podem causar problemas quanto ao sentido das sentenças:

- (a) Hizo su tarea, pero no \emptyset entregó (a ausência do pronome oblíquo *la* faz com que o ouvinte se pergunte: *o que ele/ela não entregou?*).
- (b) Mi cuñada está en el hospital, por eso, voy a visitar *ella* mañana. (As obras sobre gramática espanhola consultadas não apontam o uso dos pronomes tônicos como complemento e referência ao indireto sem o uso de uma preposição ou duplicação da referência por meio de um pronome oblíquo).

3 Referencial Teórico

3.1 Para além da análise da língua em uso

Devido ao objetivo deste trabalho de analisar contextos discursivos, é fundamental basearmos em um modelo teórico que analise tanto a língua em uso quanto os outros elementos envolvidos na situação comunicativa: os interlocutores, o propósito comunicativo e o contexto. Para isto, partiremos da abordagem funcionalista por considerar a língua estreitamente ligada à comunicação, isto é, como uma atividade social.

[...] a língua é uma atividade social por meio da qual veiculamos informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro. Assim concebida, a língua é um somatório de usos concretos, historicamente situados, que envolve sempre um locutor e um interlocutor localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico previamente negociado. (Castilho, 2012: 66)

Em outras palavras, entendemos que os participantes dentro de uma interação social fazem escolhas linguísticas, levando em consideração a situação em que estão interagindo, além dos propósitos e objetivos envolvidos na mensagem que desejam comunicar. Portanto, a análise da língua deve estar focada na maneira em que os falantes se comunicam eficientemente. Tal como Melendez-Robles (2023) menciona: a língua possui questões intersubjetivas que irão guiar o discurso, as escolhas linguísticas para sua produção e os significados que irá produzir.

Por sua vez, um dos maiores representantes do funcionalismo da escola britânica, Halliday (1973a: 104), considerando a língua como um ato social, se debruça sobre o termo “função da linguagem”. O autor aborda o papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos e que serve aos diversos tipos universais de demanda. Isto é, não está se referindo aos papéis que as classes de palavras ou os sintagmas desempenham dentro de outras estruturas. Portanto, para Halliday & Hasan (1989: 16), a função é um princípio linguístico fundamental, isto é, relaciona-se com o conceito de uso, já que as pessoas se servem dela para os mais diversos objetivos, considerando a organização dela no nível semântico.

Nesse sentido, Halliday (1970) propõe três funções da linguagem: i) ideacional, em que os interlocutores reúnem as informações e experiências que eles têm do mundo real, além dos atos de falar e ouvir; ii) interpessoal, relacionada com o uso da linguagem para participar do evento comunicativo, identificando o papel que ele assume; e iii) textual, referida à contextualização das unidades linguísticas em um contexto e situação determinadas. Assim, concordando com Halliday, Neves (1994) aponta o seguinte sobre a possibilidade de criação do discurso:

[...] ...se torna possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo, e para tal produção e reconhecimento é preciso considerar a estrutura interna do texto, o significado da mensagem que ele carrega e a relação desta com o contexto em que surge (Neves, 1994: 111).

Assim sendo, o enunciado é compreendido porque os participantes do ato comunicativo compartilham conhecimentos e saberes que permitem que eles possam compreender não apenas o que está acontecendo em uma determinada situação, mas também as intenções que circulam junto ao que se diz.

Quanto à produção do enunciado, Santos (2014) destaca a proposta de Simon Dik (1997a, 1997b) sobre a estruturação deste em dois níveis: i) o interpessoal (pragmático), em que o enunciatário reconhece a situação a que se faz referência, e ii) o representacional (semântico) em que o enunciatário reconhece a intenção comunicativa do enunciador. Tudo isso sob o olhar da Gramática Funcional.

3.2 A intenção do falante como ponto de partida

A Gramática Funcional (GF) visa analisar como a língua é usada, levando em consideração o emissor, o receptor e a variação linguística sob um olhar gramatical. Isto é, a língua, em seu contexto social, é uma ferramenta por meio da qual os falantes atingem diversos objetivos. Tal ferramenta é utilizada e/ou “adaptada” segundo as necessidades específicas. Conforme Neves (1994: 113):

A gramática funcional considera, afinal, a competência comunicativa, isto é, a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória.

Assim sendo, a semântica e a sintaxe são analisadas a partir da pragmática. Dessa maneira, GF visa descrever a linguagem e os requisitos pragmáticos da interação verbal. Nesse sentido,

Santos (2014:56) aponta que tal interação é vista como uma forma de atividade cooperativa, estruturada em torno de regras sociais, normas e convenções. As expressões linguísticas utilizadas nessa atividade são também sistemáticas e estruturadas por meio de regras. Dessa maneira, a GF tem por objetivo explicar a forma como a intenção do falante é refletida nas escolhas linguísticas nos contextos comunicativos de que ele participa.

É justamente considerando a intenção do falante que Simon Dik (1989) propõe um modelo de interação verbal. Nesse modelo, o autor evidencia que, para que a expressão linguística ocorra, deve-se considerar: i) a informação pragmática do falante; ii) sua intenção; e (iii) o que ele pressupõe sobre a informação pragmática disponível para o receptor. Por sua vez, o ouvinte interpretará o discurso do falante, baseando-se na expressão linguística e considerando: (i) a informação pragmática disponível para ele; e (ii) os pressupostos disponíveis sobre a intenção do falante. Portanto, para o linguista, as escolhas linguísticas possuem uma relação com o papel que elas assumem na interação verbal e com os propósitos de seus atos de fala dentro de um contexto discursivo determinado.

3.3 Do discurso para a gramática e da gramática para a expressão linguística

Hengelveld (2004) visou expandir o alcance da análise da língua para que fosse além de uma gramática da frase: uma gramática do discurso. Ele justifica essa ampliação por duas razões: a primeira, pelo fato de alguns fenômenos linguísticos só poderem ser explicados em termos de unidades maiores que a frase individual; e, a segunda, pelo fato de existirem expressões linguísticas menores que a frase individual, desenhando, dessa maneira, o modelo conhecido como a Gramática Funcional do Discurso (GFD).

Santos (2014: 64) destaca o propósito da GFD de explicar o fato de a língua ser um instrumento que os falantes usam para se inserir em uma interação verbal com outro falante em uma determinada situação. Além disso, tal modelo caracteriza-se por possuir uma arquitetura *top-down* (uma organização descendente). Em outras palavras, toma como ponto de partida o discurso e vai para a gramática e, logo, da gramática para a expressão linguística. Tal estrutura é constituída por três componentes: conceitual, relacionado com a intenção comunicativa; contextual, referido à situação; e de saída, que seriam as expressões ortográficas ou acústicas.

Por sua vez, Pezatti (2010) aponta que a intenção do falante surge em um contexto comunicativo multifacetado, e o componente conceitual é uma dessas facetas. Além disso, ela afirma que a GDF considera que os fatores relativos a questões de gênero, registro, estilo, etc. são aspectos do contexto de interação e que podem influir nas escolhas linguísticas do falante. Sendo assim, o processo descrito como *top-down* tem como ponto de partida a intenção do falante em uma situação determinada e acaba na formulação da expressão linguística. Isto é, os falantes determinam seus propósitos comunicativos antes de realizar o ato comunicativo.

Levando em consideração tal organização, Santana (2010) afirma que a GFD postula a necessidade de uma gramática organizada em quatro níveis: nível interpessoal e representacional, associados às operações de formulação, e os níveis estrutural e fonológico, associados às operações de codificação. Os níveis interpessoais (pragmático) e representacional (semântico) descrevem a língua em relação a suas funções e significados. Já o nível estrutural analisa as unidades linguísticas em termos de seus constituintes linguísticos. Por sua vez, o nível fonológico analisa a expressão linguística quanto às unidades fonológicas que contêm (Santos, 2014).

Nesta pesquisa, utilizaremos os níveis interpessoal e representacional, pois o primeiro representa a unidade linguística em termos de função comunicativa e o último representa a unidade linguística em termos de categoria semântica. Essas escolhas foram feitas porque entendemos que essas categorias, no que diz respeito à abordagem dos pronomes oblíquos de terceira pessoa no ensino de PLE/PL2, podem fornecer informações que nos ajudam a entender os motivos ou critérios da omissão ou substituição dos pronomes por parte dos interlocutores, assim como a forma como o interlocutor entende a situação/contexto a que ele está se referindo.

4. Metodologia

Para a realização deste estudo, fizemos levantamento e transcrição de cinco falas extraídas do programa *Altas Horas* da Rede Globo, transmitido no dia 27/03/2021, e, também, analisamos a transcrição de uma acareação (documento público) com os envolvidos no *caso Odebrecht*². Ressaltamos que se optou por essa fonte de coleta de dados por apresentar enunciados que representam a fala cotidiana da realidade comunicativa do brasileiro tanto em situações de formalidade como de informalidade.

Para este trabalho, foram escolhidos cinco trechos em que foram omitidos/substituídos os pronomes oblíquos da terceira pessoa: *o, a, os, as, -lo, -la, lhe*. Além disso, a seleção dos 5 excertos responde à ocorrência das categorias descritas nesta seção utilizadas para a análise. Tais trechos foram identificados com as letras *a-e* e aparecem classificados em dois contextos denominados Contexto/Situação: Bate-papo (Programa Altas Horas) e Contexto/Situação: Acareação (por videoconferência), seguidos da transcrição. Por exemplo:

Contexto/Situação: Bate-papo (Programa Altas Horas)

(e) Serginho: Pessoal, uma surpresa! Daqui a pouco, a Sasha não está sabendo, mas no próximo intervalo a Xuxa vai entrar aqui de surpresa. E tem outra coisa, a Xuxa faz aniversário hoje, então, no próximo vamos colocar (**Ø**) aqui, tá bom?

A transcrição dos trechos do vídeo do programa Altas Horas foi feita de maneira livre, isto é, não seguimos nenhum critério formal para tal trabalho, pois queremos apenas identificar e, depois, descrever a omissão ou substituição dos pronomes acima mencionados. Para tal, a omissão aparece com um símbolo (**Ø**), ou a opção que substitui o pronome oblíquo, em negrito. Quanto à acareação, os trechos foram retirados da transcrição fornecida pelo Superior Tribunal de Justiça do Poder Judiciário, e foi seguida a mesma metodologia de identificação.

Para alcançar os objetivos propostos, contamos com o apoio teórico da Gramática Funcional dos Discurso, modelo proposto por Hengeveld (2004), a partir da Gramática Funcional proposta por Dik (1989). Com base nessa fundamentação teórica, o emprego dos pronomes oblíquos foi analisado sob os seguintes critérios:

- (a) Categoria vazia, sintagma nominal anafórico e sintagma preposicionado;
- (b) Situação/Contexto discursivo

Destacamos que primeiro critério está embasado nos casos de não ocorrência propostos por Castilho (2014): a categoria vazia (**Ø**), isto é, quando o interlocutor decide omitir o pronome; o sintagma preposicionado (precedido das preposições *a/para*) que corresponde ao uso do pronome *lhe*; e o sintagma nominal anafórico, expresso pelo pronome demonstrativo *isso*.

Para esses aspectos de análise, buscamos descrever a preferência dos falantes de se servir de outras escolhas linguísticas em lugar dos pronomes oblíquos átonos da terceira pessoa em contextos comunicativos formais e informais.

5. Análise de dados

² O programa (vídeo) e o texto estão disponíveis nos seguintes links:
https://www.youtube.com/watch?v=Oa_e60UGsJA&t=3528s ;
<https://static.poder360.com.br/2017/04/acareacoes-tse-odebrecht.pdf>

Tal como foi descrito na seção anterior, nas subseções a seguir, descrevemos e analisamos os contextos/situações comunicativos em que não foram utilizados os pronomes e nos quais os falantes optaram por estruturas diferentes das propostas tradicionalmente nas gramáticas tradicionais consultadas, segundo as seguintes categorias: (i) categoria vazia; (ii) sintagma nominal anafórico; (iii) sintagmas preposicionados.

Durante a análise foi interessante observar como a omissão/substituição dos pronomes oblíquos e as formas de construção de referência (OD ou OI), vetados ou não registrados pelas gramáticas normativas e pouco explorados nos materiais didáticos, ocorrem com frequência entre os usuários da língua.

5.1 Categoria vazia

Duarte (1989 *apud* Castilho, 2014) afirma que existe um condicionamento semântico na hora de não “preencher” o objeto direto, e segundo ela, isto se deve a que os objetos diretos mencionados exibem o traço/-animado, o que pode ser observado em estruturas simples (S + V + OD/OI). Isto aumenta a possibilidade de elisão do objeto direto.

Contexto/Situação: Bate-papo (Programa Altas Horas)

[...]

(a) Xanddy: A Carla ouviu falar de um cara muito grande...de um cantor grandão que cantava e rebolava.

Carla: Eu fiquei pensando que seria uma pessoa muito desengonçada, né? Não era comum a gente ver um homem grandão dançando a dança da Bahia. E aí me falaram que tem Carla Perez de calça na cidade, e eu aí ô, eu tô curiosa para conhecer (\emptyset)...

Contexto/Situação: Acareação (por videoconferência)

(b) Juiz Auxiliar Eleitoral — E já aproveitando, porque daí o senhor mencionou, o senhor não lembra, não consegue definir exatamente o valor da doação Caixa 1 via terceiros e acredito que também o senhor não consiga definir o valor, mas pergunto, de qualquer forma: Caixa 2 para Monica Moura, o senhor consegue definir o valor que ingressou na campanha de 2014 pela conta Pós-Italiano?

Depoente (Marcelo Odebrecht) — Não, eu não consigo dizer (\emptyset). Eu sei que eu me lembro que houve pedidos do Guido de montantes razoáveis. Eu estou falando aqui 10 (dez), 20 (vinte) milhões, 30 (trinta) milhões. Eu me lembro que eram montantes razoáveis para...

Observamos que tanto em (a) como em (b), ambos os interlocutores decidiram elidir o pronome que faz referência ao objeto direto. Nos dois casos, a categoria vazia corresponde ao pronome átono (-lo). Em (a), a referência do objeto direto é ao esposo da interlocutora e, em (b), é ao valor (quantia) que o Juiz Auxiliar Eleitoral menciona na pergunta.

Nesses casos temos, então, o uso da categoria vazia devido a um condicionamento semântico identificado por Duarte (1989). Porém, no primeiro caso, observamos que o objeto direto exibe, de fato, um traço/animado. Além disso, a aparição de estruturas simples revela a operação no nível representacional. Por outro lado, observa-se que tal escolha foi baseada no contexto em que ocorrem os discursos, e que os interlocutores decidem não “preencher”, talvez, pelo fato de o objeto direto estar muito próximo de seu referente e a recuperação dele ser desnecessária no Português Brasileiro. Isto revela a operação no nível interpessoal proposto por Santana (2010).

5.2 Sintagma nominal anafórico

Uma outra forma de preenchimento do OD identificado por Duarte (1989 *apud* Castilho 2014), em substituição aos pronomes complementos, é através do sintagma nominal anafórico, no caso, o pronome demonstrativo *isso*. No seu estudo, Duarte identificou uma ocorrência muito baixa do uso dessa estratégia, o que foi comprovado neste trabalho pois foi identificada apenas uma situação em um trecho da acareação.

Contexto/Situação: Acareação (por videoconferência)

(c) Juiz Auxiliar Eleitoral — E de alguma forma, em relação a esse episódio específico, o senhor foi comunicado, tinha ciência de que um dos recebedores seria o partido do Ministro Kassab?

Depoente (Marcelo Odebrecht) — Aí foi aquilo que mencionei para o senhor. Teve um pedido original do Guido, que era muito maior que os vinte e sete, era um total de cinquenta e quatro milhões mais ou menos. Tem até um e-mail nosso. Essa questão até suscitou dúvidas e tem um e-mail meu para o Alexandrino esclarecendo **isso**. Talvez pudesse ser compartilhado. Então, o Guido me pediu originalmente cinquenta e poucos milhões, que incluía o PR Antônio Rodrigues 17, o PP Ciro 10 e o Kassab PSD 10. Só que esses 37 (trinta e sete) milhões originais acabaram por uma questão que não conseguiram operacionalizar. Então, a gente acabou não fazendo essa contribuição, nem para o Ciro, nem para o Antônio Rodrigues, nem para o Kassab. Eu até tinha avisado a Júnior ou Luiz Bueno, não me recordo, que é outra pessoa de nossa relação que tenho com Kassab. Um dos dois eu avisei que tinha recebido essa orientação para 10 (dez) milhões do Kassab. Até eu acho que tive oportunidade de estar com Kassab dizendo **isso** e depois o Guido acabou operacionalizando com outra empresa, quer dizer, outra empresa, que não fomos nós, acabou bancando esses 37 (trinta e sete) milhões e a gente ficou com 24 (vinte e quatro) ou 27 (vinte e sete) milhões, que são [...]

Observamos que em (c) o sintagma anafórico *isso* aparece para fazer referência, em um primeiro momento, às dúvidas suscitadas em uma situação descrita pelo depoente, e, em segundo lugar, às orientações por parte de outra pessoa. Observa-se também que os OD recuperados através do sintagma não apresentam traços animados/-animados, mas fazem referência a uma situação mencionada anteriormente. Estamos, portanto, diante de um caso em que o falante, independentemente do contexto, formal ou informal, usa essa construção sintática devido à sequência semântica da frase (OD faz referência a uma situação, talvez complexa, mencionada anteriormente), operando, dessa maneira, no nível representacional. Quanto à operação no nível interpessoal, deduzimos que, por ser uma situação em que a pessoa vai construindo um relato, ela faz uma seleção das estratégias para fazer referência aos OD mencionados anteriormente, talvez para fazer referências a situações ou ideias que são mais do que simples referências com traços animados/-animados.

5.3 Sintagma nominal preposicionado

Fanjul (2014) aponta que, no Português Brasileiro, para fazer referência ao objeto indireto na frase além do pronome lhe, há uma escolha pelo sintagma nominal preposicionado e pelo pronome tônico com preposição. Por sua vez, Castilho (2014) aponta que o uso desses sintagmas deve-se ao emprego de certos verbos e às construções feitas a partir deles. Nesse caso, cabe destacar as classes semântico-sintáticos de verbos que utilizam as preposições *a* e *para* com o objetivo de construir sintagmas preposicionais no estudo desenvolvido por Kewitz (2007a *apud* Castilho, 2014). Nas amostras a seguir, veremos dois desses tipos de verbos.

Contexto/Situação: Bate-papo (Programa Altas Horas)

(d) Xuxa: [...] ela valoriza tudo o que eu fiz por ela, ela valoriza todos os sins e não que eu dei **para ela**.

Contexto/Situação: Acareação (por videoconferência)

(e) Advogado (Flávio Crocce Caetano) — Boa tarde, queria dividir as minhas indagações em dois pontos, um dos partidos coligados e o segundo sobre João Santana. Mas antes disso, queria perguntar **ao depoente** Marcelo Odebrecht se a conta “Itália” ela se tornou a “pós-Itália” ou se as duas continuaram em aberto.

Ministro — Não há controvérsia aqui, doutor.

Em (d), observamos o uso do verbo dar (verbo de transferência, segundo Kewitz, 2007a), por apresentar os seguintes traços semânticos: sujeito (humano), no caso, o interlocutor (eu); objeto direto/-animado (sins e não); e o sintagma preposicional +humano/lugar/destino. Por outro lado, em (e) o uso do verbo perguntar (verbo de comunicação, segundo Kewitz, 2007a), configura uma transferência de informação, isto é, um deslocamento virtual do objeto direto, percebido como algo auditivo, do sujeito para o participante representado no sintagma preposicional. Isto é, a pergunta indireta feita pelo advogado “se a conta Itália ela se tornou [...]” não está sendo manipulada pelo sujeito/interlocutor, mas a preposição utilizada deslocou a pergunta ao depoente Marcelo Odebrecht.

Portanto, em ambos os contextos, os condicionamentos semânticos considerados pelos interlocutores nas duas amostras configuraram uma operacionalização no nível representacional. Quanto ao nível interpessoal, os interlocutores baseiam suas decisões em termos de função comunicativa que querem transmitir com as suas mensagens. Isto é, uma função referencial de quem é beneficiário dentro da frase.

As interpretações sugeridas a respeito dos diversos contextos de não uso dos pronomes oblíquos buscam descrever as situações em que isso ocorre. Especialmente quanto ao ensino de Português para Estrangeiros hispanofalantes, não podemos nos apoiar apenas nas gramáticas tradicionais e no que é apresentado nos livros didáticos. Faz-se necessário também considerar a língua materna dos alunos, no caso, o espanhol, pois algumas das escolhas linguísticas que ocorrem no Português Brasileiro não necessariamente coincidem com as estruturas propostas pela língua Espanhola, como, por exemplo, a categoria vazia. Portanto, é importante sempre considerar os contextos de ocorrências, os interlocutores, a relação entre eles e os aspectos culturais.

6. Considerações finais

Em primeiro lugar, consideramos importante mostrar para o aprendiz de PLE/PL2 as diferentes escolhas linguísticas feitas pelos falantes no quesito “substituição do pronome oblíquo da terceira pessoa” assim como os contextos em que isto ocorre, já que ele estará exposto a diversas situações comunicativas em que o falante nativo poderia servir-se das estratégias comunicativas apresentadas ou mesmo em que ele próprio possa utilizá-las de maneira adequada.

Através da análise semântica-pragmática dos casos de omissão ou substituição dos pronomes oblíquos da terceira pessoa no português brasileiro apresentados nas amostras, conseguimos compreender que tais escolhas linguísticas se manifestam de diversas formas na língua, e, muitas vezes, elas vão além das descritas nas Gramáticas Normativas e nos livros didáticos disponíveis no mercado.

A análise mostra que, além dos pronomes oblíquos da terceira pessoa utilizados e apontados nas gramáticas prescritivas: *o, a, os, as, lhe* e seus alomorfos, conferiu-se a presença e o uso de outras estratégias para referência ao objeto direto/indireto, especificamente de omissão dos pronomes: *categoria vazia, sintagma nominal anafórico e sintagma preposicionado*.

Ao fazer uma relação entre os casos de omissão/substituição dos pronomes oblíquos e as demais formas de referência ao objeto direto/indireto com os níveis de organização da Gramática Funcional do Discurso, podemos determinar que o emprego de cada uma dessas opções se situa no nível representacional por obedecerem a questões e critérios de seleção semânticos. Por outro lado, tais escolhas assumem, de vez, funções específicas na língua: expressivas e discursivas, que as situam no nível interpessoal. Dessa maneira, podemos confirmar a hipótese levantada na introdução deste trabalho: o falante se baseia em questões semântico-pragmáticas na hora de decidir se omite/substitui os pronomes oblíquos da terceira pessoa.

No tocante ao ensino de PLE/PL2 para hispanofalantes, os resultados podem ajudar para um melhor entendimento das dificuldades apresentadas por este público específico de aprendizes. Em espanhol, o uso dos pronomes complementos é de caráter obrigatório, isto é, seu uso configura-se necessário desde que façam referência aos objetos direto e indireto, segundo a *Nueva gramática de la lengua española* (2010) e *Diccionario panhispánico de dudas* (2005), ambas as duas obras da Real Academia Española. O espanhol é uma língua que é regida justamente pela gramática proposta por esta instituição, portanto, algumas situações e contextos do português brasileiro podem não ser simétricos como é comumente esperado. Por exemplo, o uso da categoria vazia poderia causar um problema de compreensão da mensagem em espanhol, justamente como foi evidenciado na seção Diretrizes Referenciais, subseção Estudos Comparados deste trabalho, pois a língua precisará sempre de preencher ou fazer referência ao tema/objeto em questão. Em situações como *¿Vas a hacer la tarea? - Sí, la voy a hacer/voy a hacerla*, observa-se que é obrigatório o uso do pronome complemento *la* para fazer referência à tarefa. Caso ele fosse omitido (*Sí, voy a hacer*), a frase perderia sentido ou resultaria em uma frase incompleta, provocando uma reação do ouvinte com uma pergunta imediata: *O que você vai fazer?*. Quanto ao caso dos sintagmas preposicionados, observa-se que também ocorrem na língua espanhola, porém a única preposição para fazer referência ao objeto indireto frequência é *a*, sendo que no Português Brasileiro a preposição *para* ocorre com mais frequência (Fanjul, 2014).

Portanto, devido ao fato de que os materiais didáticos e as gramáticas analisados não abordam em detalhe os casos apresentados nesta pesquisa, é importante que as aulas de PLE/PL2 para hispanofalantes aconteçam sob uma base da descrição do português que dê conta justamente dos elementos situacionais descritivos, das relações entre os interlocutores e das funções da língua que se utiliza no momento da interação comunicativa.

Dessa maneira, como sugestão para a elaboração de material didático possível, recomendamos a utilização de material autêntico (textos orais e escritos) onde aparecem os casos de uso de pronome oblíquo e as estratégias aqui descritas. Pode-se selecionar trechos de programas ao vivo e entrevistas, disponíveis na internet, que contém linguagem do dia a dia, ou até mesmo transcrições de situações um pouco mais formais. Em seguida, pode-se avaliar o contexto em que ocorrem tais situações, a proximidade dos falantes, o tema de conversa, e o seu propósito e do uso das estratégias de referência ao objeto direto/indireto. O objetivo desta proposta pedagógica é evidenciar o quanto é importante mostrar para os estudantes de PLE/PL2 hispanofalantes em um nível avançado de aprendizado que o português brasileiro apresenta um leque de opções relacionado ao emprego dos pronomes oblíquos da terceira pessoa e que não necessariamente será parecido ou igual à língua materna deles, como geralmente é pensado.

7. Referências bibliográficas

- Bechara, E. (2019). *Moderna gramática portuguesa*. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
Castilho A. T. (2020). *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. 6^a reimpressão. São Paulo: Contexto.

- Cunha, C. & Cintra, L. (2016). *Nova Gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Dik, S. C. (1989). *The theory of functional Grammar*. Dordrecht Holland/Providence RI -USA: Foris Publications.
- _____. (1997a) *The theory of functional Grammar*. Ed. by Kees Hengeveld. Part I – The Structure of the Clause (Functional Grammar Series 20). Berlin/NewY York: Mouton de Gruyter.
- _____. (1997b) *The theory of functional Grammar*. Ed. by Kees Hengeveld. Part II – Complex and Derived Constructions (Functional Grammar Series 21). Berlin/NewY York: Mouton de Gruyter.
- Fanjul A.P. (2014). Conhecendo assimetrias: a ocorrência de pronomes pessoais. In Fanjul A.P. & González N. M. (Orgs.). (2014). *Espanhol e português brasileiro: estudos comparados*. São Paulo: Parábola Editorial.
- _____. & González N. M. (Orgs.). (2014). *Espanhol e português brasileiro: estudos comparados*. São Paulo: Parábola Editorial.
- González, N. M. G. Cadê o pronome? (1994). *O gato comeu. Os pronomes pessoais na aquisição/ aprendizagem do espanhol por brasileiros adultos*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://dlm.ffch.usp.br/node/211>
- Halliday M. A. K. (1970). Language structure and language function In LYONS, J (Ed) *New horizons in linguistics*. Harmondsworth Penguin Books.
- _____. (1973). *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold.
- _____. & Hasan R. (1989). *Language, context and text: Aspects of language in a social-semiotic perspective*
- Meléndez-Robles, O.X. (2023). Vai usar eles ou não vai usá-los?: Uma pesquisa sobre os contextos de preferência de uso dos pronomes oblíquos da terceira pessoa no âmbito do português para estrangeiros hispanofalantes. *Ensaios em Português como Segunda Língua ou Língua Estrangeira*. DOI: 10.17771/PUCRio.PLE.61895
- Meyer, R. M. B. (2002). Cultura brasileira e língua portuguesa: do estereótipo à realidade. In Cunha, M. J. C. & Santos P. (Orgs.) *Tópicos em português língua estrangeira*. Brasília: Editora da UnB.
- Neves, M. H. de M. (2011). *Gramática de Usos de português*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp.
- _____. (1994). Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa: Revista Linguística*. 38 (pp. 109-127).
- Pezatti, E. G. (2010). O contexto na gramática discursivo-funcional. In *Relações entre questões textual-discursivas e expressão morfossintática na gramática discursivo-funcional*. Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários, Maringá. Disponível em: http://www.dle.uem.br/funcpar/pezatti_cielli_2010.pdf
- Real Academia Española. Asociación de Academias de la Lengua Española. (2019). *Nueva Gramática de la lengua española*. Barcelona: Editorial Planeta.
- _____. (2015). *Diccionario Panhispánico de dudas*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial.
- Rocha & Lima, C. H. (2011). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Santana, L. (2010). *Relações de complementação no português brasileiro: uma perspectiva discursiva-funcional*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Santos, C. M. (2014). *Aquele abraço: descrição dos pronomes demonstrativos em contextos de uso no âmbito do português para estrangeiros*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=24867@1>